



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

Registro: 2017.0000586806

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0017864-65.2006.8.26.0576, da Comarca de São José do Rio Preto, em que é apelante MARCELO VINÍCIUS SANTOS, são apelados PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SILMAR SABINI, ITAU SEGUROS, PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO e ANTONIO SANCHES STRAMASSO (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram do recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ANTONIO CARLOS MALHEIROS (Presidente) e CAMARGO PEREIRA.

São Paulo, 8 de agosto de 2017

KLEBER LEYSER DE AQUINO

RELATOR

(Assinatura Eletrônica)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

Voto nº 02151

Apelação nº 0017864-65.2006.8.26.0576

Apelante: MARCELO VINÍCIUS SANTOS

Apelados: ITAÚ SEGUROS DE AUTO e RESIDÊNCIA, SILMAR SABINI, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO e ANTÔNIO SANCHES STRAMASSO

1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José do Rio Preto

Magistrado: Dr. Marco Aurélio Gonçalves

APELAÇÃO – AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – ACIDENTE DE VEÍCULO – Pretensão de recebimento de indenização – Sentença de improcedência – Pleito de reforma da sentença – COMPETÊNCIA RECURSAL – Reparação de dano causado por acidente de veículo – Demanda que objetiva o pagamento de indenização por danos materiais e morais – Acidente de veículo conduzido por particular que, ao desviar de carro oficial da Câmara Municipal que efetuava marcha ré, invadiu faixa da esquerda e colidiu com veículo de terceiro – Distribuição da apelação a esta Câmara de Direito Público – Impossibilidade – Competência recursal da 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado – Resolução nº 605, de 19/06/2.013, expedida pelo Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça – Apelação não conhecida, com determinação de redistribuição a uma das Câmaras da 3ª Subseção de Direito Privado deste C. Tribunal de Justiça.

Trata-se de apelação interposta por Marcelo Vinícius Santos contra a r. sentença (fls. 871/878), proferida na vigência do Código de Processo Civil de 1.973 (Lei nº 5.869, de 11/01/1.973), nos autos da ação indenizatória por danos materiais e morais, ajuizada pelo apelante em face do Município de São José do Rio Preto, da Câmara Municipal de São José do Rio Preto e de Antônio Sanches Stramasso, que julgou improcedente a ação.

Em consequência, condenou o apelante a arcar com as custas e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

despesas processuais, bem como honorários advocatícios, arbitrados em 1/3 (um terço) de 10% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil, observando-se a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Agravo retido interposto pelo apelado Silmar Sabini (fls. 386/388). Argumenta não haver pedido de indenização por causa de eventual dano físico que dependesse de realização de perícia médica.

Em contraminuta ao agravo retido (fls. 393/395), alega o apelante, em síntese, ter suportado em razão do acidente de trânsito inúmeras lesões, sendo necessária a perícia médica para convencimento do julgador.

Alega o apelante no presente recurso (fls. 911/917), em síntese, que sofreu, em decorrência do acidente de trânsito, traumatismos, inclusive de crânio, com graves sequelas, o que ocasionou sua aposentadoria por invalidez. Argumenta restar demonstrado pelos documentos carreados aos autos o nexo de causalidade entre a conduta negligente dos apelados e os danos causados. Requer indenização por danos materiais e morais.

Em contrarrazões, reiteram os apelados os argumentos trazidos em primeira instância (fls. 932/947, 948/956 e 957/963).

Recurso tempestivo e recebido, em primeira instância.

Relatado de forma sintética, passo a fundamentar e decidir.

Ressalto inicialmente que o presente recurso foi interposto sob as regras do Código de Processo Civil de 1.973 (Lei nº 5.869 de 11/01/1.973).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

A apelação não comporta conhecimento.

A Resolução n° 194, de 09/12/2.004 com redação dada pela Resolução n° 605 de 19/06/2.013, expedida pelo Órgão Especial deste C. Tribunal de Justiça, dispõe sobre a composição do Tribunal de Justiça e fixa a competência de suas Seções, estabelecendo quanto a competência do Direito Privado, o seguinte:

"Art. 1°. "25ª a 36ª Câmaras, com competência preferencial do extinto Segundo Tribunal de Alçada Civil, não abrangida no inciso anterior, acrescida das ações que versem sobre a posse, domínio ou negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis, corpóreas e semoventes, de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, bem como as que digam respeito ao respectivo seguro, obrigatório ou facultativo, além da que cuida a alíneas 'd'". (negritei)

Nessa toada, tem-se que as ações envolvendo pedido de reparação de danos causados por acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, serão de competência preferencial das C. 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado.

Este é o caso dos autos.

Na espécie, trata-se de ação indenizatória por danos materiais e morais, em que o apelante objetiva a configuração da responsabilidade civil extracontratual por ato ilícito dos apelados, em acidente de veículo, com o pagamento da respectiva indenização.

É possível observar, portanto, que a pretensão do apelante enquadra-se perfeitamente na situação prevista no artigo 1° da Resolução n° 605, de 19/06/2.013, expedida pelo Órgão Especial deste C. Tribunal de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

Aliás, neste sentido, já decidiu o Egrégio Órgão Especial desta Corte, na Dúvida de Competência nº 0090187-06.2013.8.26.0000, em caso semelhante aos dos autos:

DÚVIDA DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ABALROAMENTO DE VEÍCULOS – Ação de reparação de danos decorrente de acidente de trânsito (abalroamento de veículos), promovida em face da Fazenda Pública Municipal e do agente público – Competência recursal regulada pela Resolução nº 194/04, com as alterações advindas da Resolução nº 605/2013, dispondo que as ações de reparação de dano causado em acidente de veículo, ainda que envolvam a responsabilidade civil do Estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte, é de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 3 – Dúvida de competência acolhida – Competência da Colenda 25ª (Vigésima Quinta) Câmara de Direito Privado desta Egrégia Corte. (Conflito de Competência nº. 0090187-06.2013.8.26.0000, Rel. ROBERTO MAC CRACKEN, DJ. 26/06/2013)

No mesmo sentido, julgados desta C. 3ª Câmara de Direito Público:

APELAÇÃO CÍVEL – RESPONSABILIDADE CIVIL – REPARAÇÃO DE DANOS – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Matéria afeta à competência da Seção de Direito Privado, nos termos do artigo 2º, inciso III, alínea c, da resolução nº 194/2004, com a redação da resolução nº 605/2013, ainda que envolva a responsabilidade civil do estado, concessionárias e permissionárias de serviços de transporte – Recurso não conhecido – Conflito de competência suscitado. (Apelação nº 0064884-81.2008.8.26.0576, Rel. Des. Amorim Cantuária; Comarca: São José do Rio Preto; Órgão julgador: 3ª Câm. de Direito Público; Data do julgamento: 24/09/2013; Data de registro: 25/09/2013) (negritei)

APELAÇÃO CÍVEL – REPARAÇÃO CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Competência estabelecida pelo artigo 2º, III, "c", da Resolução nº 194/2004, com a redação dada pela Resolução nº 605/2013 – Dúvida de Competência suscitada perante o Colendo Órgão



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
3ª Câmara de Direito Público

Especial deste Tribunal – Recurso não conhecido. (Apelação nº 0002753-98.2007.8.26.0093, Rel. Des. Marrey Uint; Comarca: Guarujá; Órgão julgador: 3ª Câm. de Direito Público; Data do julgamento: 19/08/2014; Data de registro: 21/08/2014) (negritei)

Assim, desnecessárias mais argumentações.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO da presente apelação, para determinar a redistribuição dos autos a uma das Câmaras da C. Seção de Direito Privado (25ª a 36ª Câmaras), com as nossas respeitadas homenagens.

KLEBER LEYSER DE AQUINO
RELATOR
(Assinatura Eletrônica)